

REVISTA DO IBRAC

DOCTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO

São Paulo
Volume 13 número 2 - 2006
ISSN 1517-1957

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE CONCORRÊNCIA,
CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL - IBRAC**

Rua Cardoso de Almeida 788 cj 121
CEP 05013-001 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (011) 3872 2609 / 3673 6748
Fax.: (011) 3872 2609 / 3673 6748

REVISTA DO IBRAC

EDITORIA

DIRETORA: Maria Fernanda Pécora

Editor Assistente: José Carlos Busto

Conselho Editorial: **Concorrência:** Barbara Rosenberg, Calixto Salomão, Carlos Francisco Magalhães, Mauro Grinberg, Paula Forgioni, Ubiratan Mattos, Leonor Cordovil; **Relações de Consumo:** Fábio Ulhoa Coelho, Fernando de Oliveira Marques, Maria Eugênia Finkelstein, Newton de Lucca, Sergio Pinheiro Marçal, Sonia Maria Giannini Marques Döbler; **Comércio Exterior:** Ana Caetano, Antonio Fernando Guimarães Bessa, Marcello Procópio Calliari, Marcos Jank, Rabih Nasser, Rubens Ricupero, Vera Thorstensen, Pablo Bentes; **Economia:** Arthur Barrionuevo, Edgard Pereira, Elizabeth Farina, Gesner de Oliveira, Jorge Fagundes; **Regulação:** Márcio Nunes Iorio Aranha Oliveira; **Secretariado Editorial:** Vicente Bagnoli, Carolina Guerreiro, Leonardo Peres da Rocha e Silva

A REVISTA DO IBRAC aceita colaborações relativas ao desenvolvimento das relações de concorrência e de consumo. A Redação ordenará a publicação dos textos recebidos.

Periodicidade: 6 números em 2005

Catálogo

Abuso do Poder Econômico / Competitividade / Mercado / Política Industrial / Legislação de Defesa da Concorrência.

ISSN 1517-1957

CDU 339.19 / 343.53

www.ibrac.org.br
ibrac@ibrac.org.br

SUMÁRIO

O Direito da concorrência da China: Statu quo e o desenvolvimento da produção legislativa <i>Wei Dan</i>	9
Preços predatórios: testes e avanços recentes <i>Jorge Fagundes, Fabio Kanczuk</i>	37
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil (BACEN): concorrência e regulação no Sistema Financeiro Nacional <i>Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas Mesquita</i>	63
A correlação negativa entre número de empresas e tamanho de mercado na indústria brasileira: Uma revisão histórica da teoria de John Sutton <i>Rodrigo Surcan dos Santos</i>	91
Resale Price Maintenance, Suggested Retail Price e o caso Kibon: uma análise crítica do ponto de vista da doutrina e jurisprudência nacional, norte-americana e européia <i>Rodrigo Surcan dos Santos</i>	113
Haverá lugar digno para o “jurídico” na teoria e prática do direito antitruste? <i>Luis Fernando Schuartz</i>	153
Do compromisso de cessação de prática no sistema brasileiro de defesa da concorrência: Considerações sobre a sua natureza jurídica, compulsoriedade de celebração pela administração pública e questões de direito intertemporal <i>Leonardo Canabrava Turra</i>	183
Relação de matérias publicadas na Revista do Ibrac	201

ÍNDICE

O Direito da concorrência da China: Statu quo e o desenvolvimento da produção legislativa

Wei Dan

1. O papel do Direito da Concorrência no contexto da globalização econômica	9
1.1 Papel regulador do Direito da Concorrência na economia global	9
1.2 Importância para os países em vias de desenvolvimento	12
1.3 Significado para a China	14
2. Statu Quo do direito da concorrência chinês	17
3. Referências dos Estados Unidos da América e da União Europeia	26
4. Aplicabilidade na China	31
4.1. Experiências que se encaixam a situação nacional da China	31
4.2 Questões que merecem a atenção no processo da legislação interna ...	32
4.3 Reforço da cooperação internacional	36

Preços predatórios: testes e avanços recentes

Jorge Fagundes, Fabio Kanczuk

1. Introdução	37
2. Breve Revisão da literatura sobre preços predatórios	37
2.1 Teste de Areeda e Turner	38
2.2. Teste de Joskow e Klevoric	38
2.3. Teste de Posner	39
2.4. Teste de Williamson	39
2.5. Teste de Baumol	40
2.6. Avanços recentes	41
3. Discussão da literatura e dos testes	44
3.1 Três possíveis objetivos de testes de preço predatório	44
3.2 Propósito legítimo do preço	45
3.3 Preço que ameaça existência de rivais eficientes	47
3.4 Possibilidade de elevação futura do preço pós-predação	49
4. Aspectos legais no Brasil	51
5. Conclusões	57
6. Referências	59

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil (BACEN): concorrência e regulação no Sistema Financeiro Nacional

Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas Mesquita

1. Introdução	63
2. Histórico	63
2.1. A fase pré-parecer da Advocacia-Geral da União	63
2.2 Parecer da Advocacia-Geral da União nº AGU/LA-01/2001, de 7 de fevereiro de 2001	65
2.3 Caso Finasa Seguradora	67
2.4 Situação após o Caso Finasa Seguradora até os dias atuais	68
3. Conflito de competência entre o Cade e o Bacen	69
3.1 A Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o parecer da AGU	69
3.2 Lei complementar e lei ordinária	71
3.3 Derrogação de lei geral por lei específica	73
3.4 Imunidades ou isenções concorrenciais implícitas	73
3.5 A Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997	74
4. Concorrência e regulação no setor financeiro	75
4.1 Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN: regulação do sistema financeiro nacional	76
4.2 Da natureza e efeitos das decisões do CADE em relação ao BACEN ...	77
4.3 Articulação e cooperação entre os órgãos reguladores e os órgãos concorrenciais	85
5. Conclusão	86
6. Bibliografia	88

A correlação negativa entre número de empresas e tamanho de mercado na indústria brasileira: Uma revisão histórica da teoria de John Sutton

Rodrigo Surcan dos Santos

I. Sumário	91
II. Palavras Chave	91
III. Introdução	91
IV. Revisão Bibliográfica	93
IV.1. Estrutura, Conduta e Desempenho	93
IV.2. A suposta correlação negativa entre concentração de mercado e tamanho do mercado	96

IV.3. Custos irrecuperáveis endógenos e exógenos e a relação entre tamanho de mercado e concentração de mercado sob a ótica de Sutton .	101
V. Bibliografia	109

Resale Price Maintenance, Suggested Retail Price e o caso Kibon: uma análise crítica do ponto de vista da doutrina e jurisprudência nacional, norte-americana e europeia

Rodrigo Surcan dos Santos

I. Sumário	113
II. Palavras Chave	113
III. Introdução	114
IV. Condutas colusivas verticais	114
V. O caso Kibon	137
VI. Conclusão	149
VII. Bibliografia	150

Haverá lugar digno para o “jurídico” na teoria e prática do direito antitruste?

Luis Fernando Schuartz

I. Afinal, para quê serve o direito da concorrência?	154
II. O que é “provar juridicamente” que $\Delta G_{\alpha} \geq 0$?	169

Do compromisso de cessação de prática no sistema brasileiro de defesa da concorrência: Considerações sobre a sua natureza jurídica, compulsoriedade de celebração pela administração pública e questões de direito intertemporal

Leonardo Canabrava Turra

1. Marco teórico da discussão	183
2. Compromisso de cessação natureza jurídica de transação	184
3. Compromisso de cessação como direito público subjetivo do administrado e dever da administração	186
4. A Jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região	189
5. Jurisprudência do próprio CADE - Compromisso de cessação como direito do processado	190
6. Direito intertemporal	190
6.1. Aplicação ao direito administrativo sancionador dos princípios informadores do direito penal	190
6.2. Determinação da norma mais favorável - Lei que exclui causa extintiva da punibilidade	193

6.3. Tempus regit actum - LICC e Constituição Federal	195
6.4. Precedentes do TRF da 1ª. região quanto à irretroatividade da norma que impede a celebração do compromisso de cessação	195
7. Provas da existência da infração	197
8. Conclusão	198
9. Referências bibliográficas	199
Relação de matérias publicadas na Revista do Ibrac	201